

[INFORME FOLHA]

CPI da Covid-19

O senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) se pronunciou em sessão do Senado, nesta quinta-feira (4), questionando o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), sobre apurar a gestão da pandemia no Brasil. “O nosso país não aguenta um impeachment neste momento. Sou favorável à criação da CPI da Covid-19, para ajudar a encontrar solução para todos os brasileiros. Temos que nos unir para enfrentar essa pandemia. O Brasil não precisa de mais confusão. Temos que trabalhar juntos. O Brasil precisa enfrentar a crise gerada pelo coronavírus”, afirmou o parlamentar, que ressaltou apoiar o governo nas pautas que são de interesse nacional, especialmente as de caráter econômico.

Cambé em alerta

E por falar no novo coronavírus, o Comitê de Combate à Covid-19 de Cambé (Região Metropolitana de Londrina) se reuniu na tarde desta quinta-feira (4) para discutir ações de enfrentamento à doença no pior momento da pandemia na cidade. Apenas em fevereiro, Cambé confirmou uma média de 40 casos por dia da doença e mais de 20 mortes. Só na quinta-feira foram confirmados mais dois falecimentos causados pela infecção do novo coronavírus e outras duas mortes suspeitas da doença. Se confirmado, este passa a ser o recorde diário de óbitos na cidade, que ultrapassa agora a marca de 110 desde que a pandemia começou. Participaram da reunião o prefeito Conrado Scheller (DEM), a secretária de Saúde, Adriane Bertan, e representantes de entidades da cidade e do Ministério Público.

Presidente da Acil na Câmara

Como parte das comemorações ao Dia Internacional da Mulher, no próximo dia 8, a empresária Marcia Manfrin, que tomou posse no final de fevereiro como a primeira mulher presidente da Acil (Associação Comercial e Industrial de Londrina), estará na Câmara Municipal para falar de sua trajetória profissional. O convite partiu da vereadora Sônia Gimenez (PSB), uma das sete integrantes da bancada feminina do legislativo municipal. Sobre a atuação das mulheres na política, a vereadora afirma que por ser contrária a qualquer sistema de cotas entende que quanto mais elas participarem do debate público maior a chance de aumentar a representatividade feminina nos poderes executivo e legislativo.

Equipe da **Folha** com agências | politica@folhadelondrina.com.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2021 – HUOP/UNIOESTE. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de tira teste para análise de glicemia para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP. Valor máximo total estimado: R\$ 212.500,00. **Recebimento das propostas:** Das 8:00h do dia 05/03/2021 até às 09:00h do dia 17/03/2021. **Abertura das propostas e recebimento dos lances:** 17/03/2021, 09:00h. O edital e demais informações encontram-se à disposição dos interessados junto à Com. de Licitação do HUOP, ou Fone: (45) 3321-5397, ou ainda nas home-pages www.unioeste.br/huop, www.comprasparana.pr.gov.br ou www.comprasnet.gov.br em conformidade com o Dec. Est. n.º 2452, de 07/01/04. Cascavel, 04/03/2021.

Universidade Estadual de Ponta Grossa

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 014/2021 – Processo n.º 028488

Objeto: Aquisição de insumos com comodato do equipamento automatizado de imunoensaios para o Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, Valor Máximo de R\$ 607.493,00. Recursos Financeiros do Tesouro. Recebimento das propostas: até 09h00min do dia 18/03/2021. Início da Sessão Pública: às 10h00 do dia 18/03/2021 (Número da Licitação: **860245**). Os editais e seus anexos com as especificações detalhadas dos produtos, bem como os resultados de todas as fases destas licitações poderão ser consultados no site www.licitacoes-e.com.br. Ponta Grossa, 04 de março de 2021.

Patrícia Machado dos Santos - Pregoeira

Universidade Estadual de Ponta Grossa

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 009/2021 – Processo n.º 028480

Objeto: Aquisição de medicamentos, concentrado para hemodiálise e sabonete sachê para o Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais, Valor Máximo de R\$ 2.841.046,91. Recursos Financeiros do Tesouro. Recebimento das propostas: até 09h00min do dia 18/03/2021. Início da Sessão Pública: às 10h00 do dia 18/03/2021 (Número da Licitação: **860239**). Os editais e seus anexos com as especificações detalhadas dos produtos, bem como os resultados de todas as fases destas licitações poderão ser consultados no site www.licitacoes-e.com.br. Ponta Grossa, 04 de março de 2021.

Saulo Pontarolo Marenda - Pregoeiro

Frente da AL pedirá ao TCU que suspenda licitação de rodovias

Colegiado que debate concessão do novo modelo de pedágio nao vê legitimidade do ministério no processo

Reportagem Local

A Frente Parlamentar sobre Pedágio da Assembleia Legislativa vai pedir ao Tribunal de Contas da União (TCU) a suspensão do processo licitatório do novo modelo de concessão de rodovias no Paraná. Na representação com pedido de liminar, a Frente argumenta que o governo federal, representado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Ministério de Infraestrutura, não tem legitimidade para licitar a concessão porque não houve transferência formal de titularidade ou delegação para administração e exploração das rodovias estaduais.

O deputado estadual Tercilio Turini (Cidadania), um dos autores do pedido liminar com efeito suspensivo, argumenta que o Ministério de Infraestrutura não tem a delegação para definir sobre pedagiamento e outras ações em rodovias estaduais.

“O modelo de concessão é ruim para o nosso estado, já está claro aos paranaenses que o formato pretendido vai resultar em tarifas caras e prejuízos ao Paraná. Além disso, o governo federal precisa da

delegação da Assembleia Legislativa para incluir as rodovias estaduais no seu projeto. Isso ainda não foi discutido nem votado”, ressalta Turini.

A Frente entende que é “ilegal e inconstitucional” o prosseguimento do processo licitatório, que está na fase de audiências e consultas públicas, porque não foi precedido de lei estadual delegando à União a responsabilidade sobre as rodovias estaduais. “O governo federal quer empurrar goela abaixo um modelo de concessão. A Frente Parlamentar vai lutar para isso não acontecer”, afirma o deputado.

Tercilio Turini questiona ainda o formato de audiências por videoconferências e as decisões da ANTT sobre as reivindicações das diversas regiões do Paraná. “Quem garante que os pedidos para retirar praças de pedágio serão aceitas? Quem garante que as obras solicitadas pelas lideranças serão incluídas? Estão querendo atropelar e o Paraná não pode aceitar”, diz o deputado.

CÓPIA

Parlamentares também está pedem a cópia de memorando de reunião entre o

governo estadual e o Ministério da Infraestrutura e Logística, ocorrida em 2019, que trata de possível negociação da cessão das rodovias paranaenses.

Segundo o coordenador da Frente sobre o Pedágio, deputado Arilson Chiorato (PT), a informação surgiu após os parlamentares terem acesso ao Memorando de Entendimento que cita o encontro entre o governador Ratinho Junior (PSD) e o ministro Tarcísio de Freitas, realizado no dia 13 de agosto de 2019.

“Este Memorando documenta a parceria do Estado do Paraná, já em 2019, com o governo federal para entregar as rodovias paranaenses, mais uma vez, às grandes pedagogadoras sem debate com a sociedade, dando continuidade a um pedágio caro, ineficiente e com obras que nunca saem do papel”, afirma o coordenador da Frente.

A Frente Parlamentar sobre o Pedágio assinou requerimento pedindo informações para a Casa Civil. A FOLHA solicitou posicionamentos tanto da Casa Civil quanto do Ministério da Infraestrutura, mas não obteve retorno.

Frente Parlamentar sobre Pedágio da Assembleia Legislativa enviou ao TCU representação com pedido de liminar para suspender a licitação da concessão de rodovias no Paraná